



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE PROVAS

Aplicação:
1.º/2/2004

NÍVEL SUPERIOR

Analista Judiciário
Área: Judiciária

Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador

TARDE

CARGO 6



CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **2/2/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **3 e 4/2/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **18/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no Item I e no Diário Oficial do Estado do Amapá, do resultado final das provas objetivas para todos os cargos e da convocação para a prova prática de digitação para os cargos **1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 11**.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 9 e de 14 a 17

A expressão Direitos Humanos já diz, claramente, o que significa: são os direitos do homem. Diria que são direitos que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana, ou seja, direitos que visam resguardar a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana. No entanto, apesar de facilmente identificado, a construção de um conceito que o defina não é uma tarefa fácil, em razão da amplitude do tema.

Vejam-se conceitos elaborados pelos estudiosos da área, sobre Direitos Humanos:

I “Direitos Humanos são as ressalvas e restrições ao poder político ou as imposições a este, expressas em declarações, dispositivos legais e mecanismos privados e públicos, destinados a fazer respeitar e concretizar as condições de vida que possibilitem a todo ser humano manter e desenvolver suas qualidades peculiares de inteligência, dignidade e consciência, e permitir a satisfação de suas necessidades materiais e espirituais.”

II “Os Direitos Humanos colocam-se como uma das previsões absolutamente necessárias a todas as constituições, no sentido de consagrar o respeito à dignidade humana, garantir a limitação de poder e visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana.”

III “Direitos Humanos são uma idéia política com base moral e estão intimamente relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia. Eles são uma expressão do relacionamento que deveria prevalecer entre os membros de uma sociedade e entre indivíduos e Estados. Os Direitos Humanos devem ser reconhecidos em qualquer Estado, grande ou pequeno, pobre ou rico, independentemente do sistema social e econômico que essa nação adota.”

Internet: <<http://www.interlegis.gov.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

Com base nas idéias do texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 Em todas as acepções presentes no texto, o qualificativo “Humanos”, relacionado ao substantivo “Direitos”, deve ser entendido em sentido genérico, incluído de todas as pessoas, independentemente do gênero, da idade ou do poder econômico.
- 2 Direitos Humanos estão relacionados não apenas às idéias morais de dignidade e cidadania, mas também às ressalvas e restrições impostas pelo poder público aos homens e mulheres de determinadas nações.

- 3 A acepção I destaca, principalmente, os componentes éticos e morais implicados nas relações sociais humanas.
- 4 Na acepção II, não há alusão aos aspectos econômicos dos direitos humanos, os quais, se forem não respeitados, são responsáveis pelas diferenças entre as classes sociais.
- 5 A parte final da acepção III destaca que os direitos humanos são preservados por constituições, em todas as culturas, independentemente do grau de desenvolvimento e do regime político dos povos.

Considerando os princípios de estrutura e de tipologia textual, julgue os itens que se seguem, referentes ao texto I.

- 6 O texto tem natureza predominantemente expositiva, mas não pode ser classificado como uma dissertação.
- 7 Por conter cinco parágrafos claramente identificados, dos quais o primeiro é a introdução do tema em questão, os três seguintes são o desenvolvimento e o último é a conclusão, constata-se que o texto é argumentativo.
- 8 O segundo parágrafo antecipa, na qualidade de um tópico frasal, os demais parágrafos do texto.
- 9 O emprego das aspas abrindo e fechando os parágrafos finais justifica-se por apresentar distintos posicionamentos acerca do mesmo tema.

Com referência aos princípios de concordância e de regência, julgue os fragmentos de texto contidos nos itens subsequentes.

- 10 Direitos humanos referem-se à prerrogativas jurídicas homens e mulheres brasileiros.
- 11 Direitos humanos são os que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana.
- 12 Solidariedade, igualdade, fraternidade, liberdade e dignidade humanas encontram-se entre os principais direitos individuais.
- 13 Apesar de facilmente identificados, uma concepção unânime que definam os direitos humanos não são tarefas fáceis, em razão da amplitude dos aspectos envolvidos.

Texto II – itens de 14 a 25

1 A Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) é
um importante documento do século XX no tocante à matéria do
reconhecimento e preservação dos direitos fundamentais do
4 indivíduo do mundo pós-guerra, em que era preciso evitar que
atrocidades ocorridas durante a guerra fossem feitas novamente,
garantindo que as gerações vindouras não sofressem tais
7 atrocidades.

Esta carta também possui no seu conteúdo as principais
disposições com relação à manutenção da paz e segurança
10 internacionais, dando prioridade ao estabelecimento das
condições necessárias para que a efetivação da justiça e o respeito
às obrigações conseqüentes da assinatura dos tratados aconteçam.

13 A Carta também garante as condições necessárias ao progresso
social e a melhorias nas condições de vida.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a
16 população do planeta percebeu que não poderia mais assistir a um
massacre tão brutal como o que ocorreu com os judeus e que
teria de tomar providências para que a estupidez de um homem
19 e a arrogância de um país não viessem mais a ameaçar a paz e
segurança mundial. Criou-se um sentimento, nos líderes mundiais,
de necessidade da criação de um mecanismo de cooperação
22 internacional que construísse a paz, prevenisse guerras futuras,
garantissem os direitos humanos e promovesse o progresso social e
econômico.

25 Esse mecanismo foi a ONU, que foi oficializada pela
Carta das Nações Unidas, assinada em San Francisco, em 26
de junho de 1945, entrando em vigor a 24 de outubro do mesmo
28 ano e sendo ratificada em 21 de setembro de 1945 pelo Brasil.
A partir dessa Carta, processou-se uma onda de transformações
no Direito Internacional, simbolizando um novo modelo de
31 relações internacionais.

Internet: <<http://www.dhnet.org.br/carta.html>>. Acesso em jan./2004 (com adaptações).

Com base nas idéias do texto II, comparativamente às do texto I,
julgue os itens seguintes.

- 14 Os dois textos tratam do mesmo assunto, embora sob
perspectivas distintas.
- 15 O texto I dá ênfase aos conceitos a respeito do assunto tratado;
o texto II destaca, principalmente, as causas e a retrospectiva
histórica do tema em pauta.
- 16 O texto I focaliza o assunto de forma mais restrita, abrangendo
apenas o cenário nacional; o texto II, por seu turno, é bem
amplo, pois refere-se ao panorama brasileiro, dentro do
contexto internacional.
- 17 No texto II, as passagens “reconhecimento e preservação dos
direitos fundamentais do indivíduo” (l.3-4) e “condições
necessárias ao progresso social e a melhorias nas condições de
vida” (l.13-14) apresentam a síntese das idéias fundamentais
desenvolvidas no texto I.

A respeito das classes das palavras empregadas do texto II,
bem como da sintaxe nele utilizada, julgue os seguintes itens.


- 18 Constata-se, pelo teor do documento, que a “carta” (l.8)
é um tipo específico de correspondência oficial,
denominado também de **carta comercial internacional**.
- 19 No segundo parágrafo do texto, as expressões “à
manutenção da paz” (l.9), “das condições necessárias”
(l.10-11) e “da justiça” (l.11) e “às obrigações
conseqüentes” (l.12) completam o sentido dos nomes
abstratos que as antecedem.
- 20 A passagem “A Carta também garante as condições
necessárias ao progresso social e a melhorias nas
condições de vida” (l.13-14) classifica-se como um
período simples por conter uma oração absoluta.
- 21 Em “a população do planeta percebeu que não poderia
mais assistir a um massacre tão brutal como o que ocorreu
com os judeus e que teria de tomar providências”
(l.15-18), as três ocorrências sublinhadas do termo “que”
têm o mesmo referente e a mesma classificação.

Julgue a manutenção do sentido, a correção gráfica e a
pontuação das reescrituras de passagens do texto II contidas
nos itens abaixo.

- 22 Primeiro parágrafo: A Carta da ONU é um importante
documento relativo à preservação dos direitos individuais,
criado com a finalidade de se evitarem novas atrocidades,
semelhantes às ocorridas durante a guerra, e de se garantir
que as próximas gerações não sofram tais males.
- 23 Segundo parágrafo: Esta Carta também contempla as
principais disposições relativas à manutenção da paz e da
segurança internacionais, priorizando o estabelecimento
das condições de justiça e de respeito ao progresso social.
- 24 Terceiro parágrafo: Após o término da Segunda Grande
Guerra, um sentimento de necessidade de um mecanismo
de cooperação internacional que construísse a paz,
prevenisse guerras futuras, garantissem os direitos humanos
e promovesse o progresso social e econômico, foi criado
pelos líderes mundiais.
- 25 Quarto parágrafo: A ONU foi o mecanismo oficializado
pela Carta assinada em São Francisco, em 26 de junho de
1945; entrou em vigor em 24 de outubro do mesmo ano,
e foi retificada em 21 de setembro de 1945, pelo Brasil.






A figura acima ilustra uma janela do Windows XP que está sendo executada em um computador PC. Com base nas informações existentes na janela mostrada, é correto afirmar que

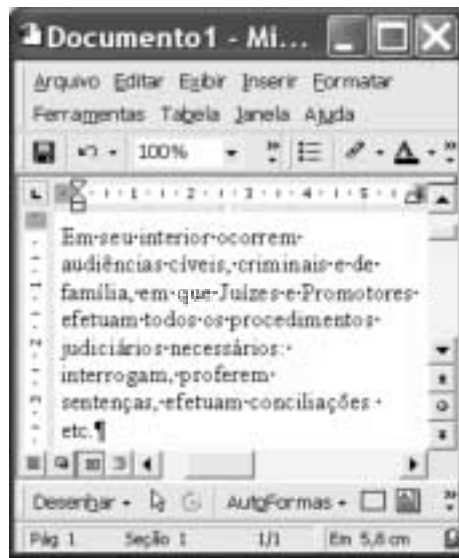
- 26 o computador possui um disco local com capacidade superior a 40 GB.
- 27 o computador possui um gravador de CD.
- 28 todos os arquivos armazenados no computador estão compartilhados em rede local.
- 29 o conteúdo da área de trabalho — *desktop* — poderá ser visualizado ao se clicar o botão .






Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Internet Explorer 6 sendo executada em um computador PC, julgue os itens a seguir, sabendo que a página Web mostrada pertence a um sítio de busca na Internet.

- 30 Para se acessar o sítio de busca mencionado acima, é suficiente clicar o botão , desde que o endereço eletrônico <http://www.google.com.br> tenha sido adequadamente configurado como o URL do sítio de busca do Internet Explorer 6.

- 31 Ao se clicar o botão , a página definida como inicial do Internet Explorer 6 será acessada, desde que essa página tenha sido adequadamente configurada.
- 32 Considerando a implementação das funcionalidades típicas de um sítio de busca, é razoável concluir que [Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas](http://www.tjap.gov.br) consiste em um *hyperlink*.
- 33 Ao se clicar o botão , as informações visualizadas da página Web mostrada serão atualizadas no *browser*.






A figura acima ilustra uma janela do Word 2000, com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tjap.gov.br>. Considerando essa janela, julgue os itens subsequentes, referentes ao Word 2000.

- 34 Para se adicionar marcadores a todas as linhas do parágrafo mostrado na janela, é suficiente clicar sobre qualquer palavra desse parágrafo e, a seguir, clicar .
- 35 Para se excluir todo o parágrafo mostrado na janela, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar imediatamente antes da primeira linha mostrada; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; arrastar o ponteiro do *mouse* até o final da última linha mostrada; liberar o botão do *mouse*; teclar .
- 36 Para se alterar os caracteres do termo “Juizes e Promotores” para maiúsculos e sublinhá-los, é suficiente selecionar esse termo e, a seguir, clicar o botão .
- 37 No *menu* **Ferramentas**, encontra-se uma opção que permite definir notas de rodapé e de cabeçalho para todas as páginas do documento em edição.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Excel 2000, julgue os itens a seguir.

- 38 Sabendo-se que a população do Amapá totaliza 475.843 habitantes e a floresta existente nesse estado possui 9,5 milhões de m³ de madeira de grande aceitação, então, para se determinar a concentração dessa madeira, em m³ por habitante, é suficiente digitar, na célula selecionada, =9500000/475843 e teclar «.
- 39 Considere o seguinte procedimento: na célula selecionada, digitar Macapá; teclar ; clicar a célula A1; clicar ; clicar a célula B1; clicar . Concluído esse procedimento, as células A1 e B1 serão preenchidas com o termo Macapá.
- 40 No menu **Inserir**, encontra-se uma opção que inicia um assistente para a criação de gráficos a partir de dados que forem inseridos na planilha em edição.

Mudou o perfil da família brasileira nos últimos dez anos. A imagem da família grande, do pai como chefe de família, de cônjuges da mesma raça e de vários filhos foi substituída. E as mulheres foram as principais responsáveis por essas mudanças. Hoje, elas têm mais anos de escolaridade e de chefiar mais lares. O resultado direto dessa inversão foi a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil. A constatação é do último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados do Censo 2000. Entre 1991 e 2000, houve considerável crescimento das chamadas famílias unipessoais, ou seja, formadas por apenas uma pessoa. No mesmo período, houve redução de cinco pontos percentuais das uniões de pessoas da mesma cor.

Correio Braziliense, 27/12/2003, p. 9 (com adaptações).

Tendo o texto anterior por referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 41 Dinâmico por excelência, o mundo contemporâneo faz da incessante transformação sua marca registrada. As mudanças, normalmente iniciadas no processo produtivo, não se esgotam nele, ramificando-se na cultura, na política e na sociedade.
- 42 A transformação do papel das mulheres na sociedade contemporânea, ainda que claramente vinculada aos avanços do sistema produtivo, também decorreu da luta política empreendida por elas no sentido da busca da igualdade em relação ao homem.
- 43 A entrada da mulher no mercado de trabalho, tradicional espaço em que se manifestava a supremacia masculina, foi decisiva para a plena democratização da sociedade, tal como ela se mostra hoje em todo o mundo.
- 44 No Brasil dos dias atuais, a redução das taxas de fecundidade se contrapõe à tendência mundial e é determinada, quase que exclusivamente, por fatores de ordem cultural, como os representados pelas crenças religiosas.
- 45 A redução da mortalidade infantil, que vem ocorrendo no Brasil há alguns anos, resulta da ação do poder público — com a considerável ampliação da cobertura vacinal, por exemplo — e da sociedade — como é o conhecido caso da Pastoral da Criança.
- 46 O novo Código Civil brasileiro, recentemente concluído, pode ser visto como tentativa de se sancionar juridicamente as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira. Exemplo disso é a eliminação da figura do cabeça do casal, papel que era reservado ao homem.
- 47 O aumento do número de uniões entre pessoas de raça diferente, conforme verificação feita pelo IBGE, é sinal inequívoco de que o racismo no Brasil diminuiu.
- 48 Infere-se do texto, com base nos dados apresentados pelo IBGE, que diminuiu o número de famílias no Brasil, o que pode ser explicado pelo quadro de dificuldades econômicas com que o país convive desde o início dos anos 80 do século passado.
- 49 O acesso à educação formal, reconhecidamente uma forma de inclusão social, foi decisivo para que, no Brasil, as mulheres pudessem entrar no mundo do trabalho e ascender profissionalmente.
- 50 Exemplo incontestado da ascensão feminina no cenário brasileiro dos dias atuais é dado por sua participação na política. Hoje, mais de um terço das vagas de senadores e metade das de deputado federal são ocupadas por mulheres.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Desde as últimas décadas do século XX, as relações humanas e a qualidade dos programas de trabalho têm sido foco de muita atenção dos profissionais que buscam melhores resultados nas organizações. Mesmo nas áreas em que as organizações não disputam o mercado com outras congêneres, mesmo quando são únicas naquilo que fazem, ainda assim, precisam apresentar qualidade e propiciar boas relações humanas no trabalho, sem o que terão sua imagem e seus resultados comprometidos. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 51 A qualidade de trabalho depende de fatores decisivos que devem ser gerenciados de maneira inteligente para que o atendimento ao público seja eficiente e eficaz. Incluem-se entre os principais fatores a boa capacidade de comunicação dos atendentes e o requinte das instalações do setor de atendimento ao público.
- 52 O fortalecimento da imagem positiva que o usuário faz acerca de uma empresa é invariável em função da fidedignidade da informação e da presteza do atendimento ao público.
- 53 O trabalho em equipe apresenta caráter multifuncional e esse é um fato gerador de melhor qualidade dos resultados.

Renato, que exerce o cargo de analista judiciário no TJAP, vem sendo humilhado publicamente por seu supervisor, o qual desqualifica seu trabalho e impõe prazos inexecutáveis para as tarefas. Esse fato foi constatado no dia-a-dia por Antônio, também analista judiciário.

À luz da ética no serviço público, julgue os itens a seguir, a respeito dessa situação hipotética.

- 54 Antônio deve dar conhecimento à gerência superior acerca do fato por ele observado, pois a dignidade, o decoro e a consciência dos princípios morais e éticos devem pautar o exercício de cargo público.
- 55 A situação humilhante e constrangedora a que Renato vem sendo submetido, de forma prolongada e repetitiva, caracteriza assédio moral, considerado comportamento antiético.

Nos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito constitucional positivo brasileiro.

- 56 Um cidadão brasileiro foi acusado de estupro. No interrogatório, confirmou que havia cometido o delito. Provou-se, posteriormente, que a confissão havia sido obtida mediante tortura, sendo requerida sua invalidação. O juiz do processo desconsiderou a prova ao fundamento de que o princípio inquisitório é válido no direito brasileiro. O advogado de defesa fundamentou, em contrário, dizendo que houve desrespeito aos direitos fundamentais consignados na Carta de 1988. Nessa situação, assiste razão ao juiz.
- 57 Um diretor de uma associação de moradores de uma cidade estava sofrendo ameaças e pressões psicológicas dos demais diretores para manter-se associado a tal instituição, sob o argumento de que tinha obrigações a prestar. O caso foi levado ao Poder Judiciário em ação proposta em nome da associação, sendo a sentença favorável ao diretor, sob o argumento de que se tratava de direito fundamental. Nessa situação, o juiz tem razão.

- 58 Uma empregada de determinada empresa era responsável pela retirada diária de dinheiro do caixa, com a finalidade de guarda no cofre. Certo dia, a proprietária-gerente verificou que o dinheiro depositado no cofre não conferia com o controle eletrônico do caixa. Diante disso, imediatamente, solicitou que a empregada se despisse na frente de todos os demais empregados presentes, não sendo encontrado dinheiro algum de posse dela. Nessa situação, é correto afirmar que foi razoável a atitude da proprietária-gerente, uma vez que, conforme o direito constitucional brasileiro, as empresas têm a liberdade de fiscalizar seus empregados.
- 59 José pertence a determinado segmento político, conhecido. Maior de dezoito anos, não votou na última eleição e contestou a multa que recebeu da justiça eleitoral, ao argumento de que tinha direito fundamental em relação a tal atitude. Esta, por sua vez, manteve a multa, desconsiderando suas razões. Nessa situação, assiste razão a José, pois lhe dá amparo o direito constitucional brasileiro.
- 60 O Ministério Público de determinada cidade solicitou a quebra do sigilo bancário do prefeito para fins de investigação criminal. O banco negou-se a cumprir a ordem, sob o argumento de que só poderia fazê-lo mediante autorização judicial ou determinação de comissão parlamentar de inquérito. Nessa situação, assiste razão ao banco, que respeitou garantia fundamental de seu cliente.

Considerando os direitos fundamentais no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- 61 O mandado de segurança é cabível, em caráter subsidiário, para proteger direito líquido e certo não-amparado por *habeas corpus*, funcionando também como substitutivo do *habeas data*, quando a autoridade coatora se nega a fornecer dados e informações ao interessado.
- 62 Ao se impetrar *habeas corpus*, torna-se possível o reexame da análise probatória, mostrando-se esse remédio constitucional idôneo para anular sentença transitada em julgado, cujo fato não se encontraria evidente nos autos.
- 63 Informações com flagrante conteúdo discriminatório podem ser retificadas por *habeas data*, desde que sejam referentes ao próprio interessado e não-pertinentes a terceiro.
- 64 O mandado de junção é cabível na omissão de regulamentação de norma constitucional e não-cabível quando essa norma é considerada auto-aplicável.
- 65 O direito de petição é essencialmente informal, embora exercido de forma escrita, e, assim como a ação popular, uma petição pode ser proposta por qualquer cidadão, pessoa física ou jurídica.

Considerando os direitos sociais consignados na Constituição da República, julgue os itens seguintes.

- 66 Os direitos sociais, constitucionalmente protegidos, são normas de ordem pública e imperativas, auto-aplicáveis e suscetíveis ao ajuizamento de mandado de injunção.
- 67 O capítulo dos direitos sociais previstos na Constituição da República de 1988 configura-se como o rol exaustivo dos direitos fundamentais dos trabalhadores.
- 68 A liberdade sindical é uma forma genérica de liberdade de associação, com regras marcadamente públicas e com possibilidade de autonomia, nos termos da Constituição da República.

69 A greve pode ser corretamente definida como espécie de direito de autodefesa dos trabalhadores, a qual tem consistência no ato de abstenção coletiva e simultânea do trabalho, de forma organizada, por parte de um ou vários estabelecimentos e com o fim de defender interesse específico.

70 O direito brasileiro permite, mediante lei, o estabelecimento de diferença salarial entre jovens e idosos, uma vez que é interesse constitucional estimular a juventude e compensar os idosos.

Considerando os direitos políticos previstos no direito constitucional brasileiro, julgue os itens que se seguem.

71 No Brasil, o sufrágio, a alistabilidade, a elegibilidade, a iniciativa popular de lei, a ação popular e a organização dos partidos políticos são considerados direitos políticos.

72 O voto é um direito público subjetivo caracterizado pela personalidade, obrigatoriedade formal, liberdade, periodicidade, sigilosidade, exercido de forma direta, podendo, em certas circunstâncias, ser diferenciado entre os cidadãos.

73 O plebiscito consiste em consulta posterior que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser discutida pelo Congresso Nacional, enquanto o referendo consiste em consulta prévia sobre determinado ato governamental, a fim de lhe conceder ou não eficácia.

74 O brasileiro ou português equiparado, em pleno exercício dos direitos políticos, devidamente alistado no juízo eleitoral, domiciliado na circunscrição eleitoral em que vota, filiado a um partido político, com a idade mínima requisitada, preenche todas as condições de elegibilidade exigidas no direito constitucional brasileiro.

75 O vice-prefeito pode, em qualquer circunstância, candidatar-se a prefeito, sem perda do mandato exercido.

À luz do direito administrativo, julgue os itens subseqüentes.

76 Regulamentos são atos administrativos normativos diferenciados de regimentos, entre outros fatores, pelo fato de aqueles especificarem mandamentos de leis e estes visarem à normatização do funcionamento de órgãos colegiados e corporações legislativas.

77 As deliberações são normativas ou decisórias, quando emanadas de órgãos colegiados, enquanto as instruções são atos normativos, específicos e concernentes à execução de um serviço público.

78 Enquanto as certidões são atos pelos quais a administração pública comprova um fato ou uma situação de que tenha conhecimento, os atestados são cópias ou fotocópias fiéis e autenticadas de atos ou fatos de documentos da própria administração.

79 Mediante protocolo administrativo, a administração pública acerta com particular a realização de atividade ou abstenção de certa conduta.

Julgue os itens a seguir, no que se refere aos bens públicos e ao processo licitatório.

80 No que concerne a bens imóveis, a alienação está sempre subordinada ao interesse público justificado e à prévia avaliação, requerendo sempre a efetivação do processo licitatório.

81 Para as Forças Armadas adquirirem bens de uso, com a finalidade de manter a padronização, mas não se tratando de materiais de uso pessoal e administrativo, não há necessidade de procedimento licitatório.

82 No ato de registro de loteamento, a administração pública pode adquirir parte da gleba de terras parceladas em quadras e lotes, sem a necessidade de efetuar qualquer pagamento.

83 A perda de bens por particular, ou confisco, ocorre quando o bem é apreendido em razão de tráfico de entorpecentes ou drogas afins.

84 Terra devoluta é aquela que não tem dono nem é usada pelo poder público, mas é indispensável à defesa das fronteiras, a fortificações e construções militares, para a construção de vias federais de comunicação e para a preservação ambiental.

No referente à responsabilidade civil da administração, julgue os itens seguintes.

85 A teoria do risco administrativo não exige comprovação da falta de serviço, mas só o fato do serviço, isto é, requisita-se a prova da responsabilidade sem concurso do lesado.

86 A Constituição da República de 1988 não inovou em relação aos textos constitucionais anteriores, mantendo a expressão funcionário público ao tratar de responsabilidade do Estado, criando dúvidas e incertezas quanto à sua determinação.

87 O dano causado a particular pela administração pública pode ser reparado administrativamente desde que as partes componham deliberadamente quanto ao valor a ser indenizado.

88 As pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviços públicos respondem por danos causados a terceiros por seus agentes.

89 Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público podem ser computados e acumulados, com a finalidade de concessão de acréscimos ulteriores.

90 O enfermeiro pode ter dois cargos públicos, assim como o escrivão e o médico podem exercer também o magistério, sem prejuízo dos vencimentos do primeiro cargo.

No referente a ação penal, julgue os seguintes itens.

91 O prazo decadencial para o oferecimento de queixa ou de representação deve ser contado separadamente para o ofendido e para o seu representante legal, ainda que a data da ciência da autoria do crime tenha sido a mesma.

92 As pessoas jurídicas não podem propor ação penal privada.

93 O prazo de decadência para o exercício do direito de queixa ou representação não deve ser suspenso pela instauração de inquérito policial.

94 A não-intervenção do Ministério Público em todos os termos do processo por crime de ação penal privada subsidiária acarreta nulidade relativa.

95 Não ocorre a preempção quando o querelante não comparece à audiência realizada por precatória.

A prova é geradora da convicção do juiz, para que se pronuncie acerca de determinado fato, declarando a existência da responsabilidade criminal e impondo, conforme o caso, a sanção penal. Quanto à prova, julgue os itens subseqüentes.

- 96** A prova colhida com infringência a direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 não pode, em nenhuma hipótese, ser utilizada no processo penal.
- 97** É nulo o laudo pericial contendo divergências entre os peritos.
- 98** Embora estejam inseridas no capítulo das provas, a busca e a apreensão têm características genuínas de medida acautelatória.
- 99** O documento que estiver em poder do defensor do acusado não pode ser apreendido em hipótese alguma, em razão da necessidade de se manter o sigilo profissional.
- 100** Dada a sua urgência, a busca pessoal independe sempre de mandado judicial.

Ninguém pode ser processado ou condenado sem a ciência da acusação que se lhe faz, das alegações da parte acusadora, das provas produzidas e das decisões exaradas nos autos. Com relação à intimação e à citação, julgue os itens a seguir.

- 101** Para fins de contagem de prazo no processo penal, havendo divergência entre o “ciente” do Ministério Público no termo de vista e a data da certidão do oficial de justiça relativa à intimação, esta prevalece.
- 102** A citação pode ser feita por mandado, ofício, edital ou via postal e sua ausência constitui nulidade absoluta do processo.
- 103** Ainda que o funcionário público esteja de férias, o dia designado para ele comparecer em juízo como acusado deve ser informado ao chefe da sua repartição.
- 104** Se existir em um relatório da polícia juntado ao processo a informação de que o autor do crime se encontra em local incerto e não sabido, o oficial de justiça está dispensado das diligências para a sua localização, devendo ocorrer a citação por edital com prazo de 15 dias.
- 105** O escrivão pode intimar o acusado e seu defensor, bem como testemunhas, na comarca em que não exista órgão de publicação dos atos judiciais.

Julgue os itens a seguir, relativos aos prazos processuais.

- 106** O pedido de reconsideração endereçado ao juiz suspende o prazo de interposição do agravo contra as decisões cuja reconsideração foi solicitada, recomeçando a fluir o prazo da data em que o advogado for intimado do despacho judicial que julga o pedido de reconsideração.
- 107** O ponto facultativo, isto é, o dia em que a lei ou a autoridade administrativa faculta aos serventuários a abstenção do serviço, equipara-se ao feriado, não ocorrendo a suspensão dos prazos em curso.
- 108** Considera-se nulo somente o ato praticado em dia não útil se dele decorrer prejuízo imediato para a parte, como, por exemplo, a realização de uma audiência de que o litigante não pôde participar.
- 109** É válida a citação realizada no sábado, dia considerado não útil para efeito de contagem de prazo.
- 110** As intimações podem ocorrer corretamente no dia em que não haja expediente forense, mas, em tal conjuntura, reputar-se-ão praticadas “no primeiro dia útil seguinte”, para todos os efeitos.

Quanto à forma e classificação dos atos processuais, julgue os itens subseqüentes.

- 111** Sentença e decisão interlocutória diferenciam-se pelos efeitos que trazem ao processo, uma vez que a sentença põe termo ao processo e a decisão interlocutória resolve questão incidental.
- 112** Decisão não assinada pelo juiz, mas documentada pelo escrivão e juntada aos autos, é considerada válida e eficaz.
- 113** Os despachos meramente ordinatórios e sem qualquer conteúdo valorativo, tais como juntada e vista obrigatória, somente podem ser praticados pelo escrivão ou secretário, por determinação expressa do juiz, e nunca de ofício.
- 114** As decisões interlocutórias dispensam a fundamentação, porque não põem fim ao processo.

Os termos mais comuns, no curso do procedimento, são juntada, vista, conclusão e recebimento, que se apresentam como notas datadas e rubricadas pelos escrivães. Acerca desses termos, julgue os itens seguintes.

- 115** Vista é o ato do escrivão que encaminha os autos para deliberação do juiz da causa.
- 116** Conclusão é o ato do escrivão que certifica que determinado volume do processo deve ser encerrado, por haver atingido o número de folhas que exige a abertura de novo volume.
- 117** Recebimento é o ato que documenta o momento em que os autos são entregues ao advogado de uma das partes para a prática de determinado ato processual.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da execução.

- 118** Havendo resistência do executado quanto à penhora dos bens e prisão por resistência à ordem, os oficiais de justiça devem confeccionar o auto de resistência em duas vias, mencionando o rol de testemunhas e respectiva qualificação — a primeira via destina-se ao processo executivo e a segunda é a peça para instruir o processo criminal.
- 119** Compete ao oficial de justiça elaborar o auto de penhora, indicando o dia, o mês, o ano e o lugar da penhora. O dia, mês e ano interessam à fixação da preferência, e o lugar da penhora permite o controle da competência territorial do juiz, pois a penhora deve realizar-se no foro da situação do bem. Deve, ainda, constar do auto de penhora o nome das partes, que evita a penhora de bens alheios e permite a juntada nos autos no processo executivo correto, a descrição dos bens penhorados e a nomeação do depositário.
- 120** A prisão do depositário judicial pode ser corretamente decretada no próprio processo em que se constituiu o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito.
- 121** Incumbe ao oficial de justiça a investidura do depositário, sob controle do juiz.
- 122** Recaindo a constrição sobre dinheiro, papéis de crédito ou pedras e metais preciosos, o depósito deve ser realizado no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal ou em um banco de que o estado-membro da União possua mais da metade do capital social integralizado, e, subsidiariamente, nas instituições financeiras privadas.
- 123** Feita nova penhora, todos os executados devem ser intimados, abrindo-se a possibilidade de oposição de embargos, que somente podem versar sobre aspectos formais do novo ato construtivo.
- 124** Na execução, quando o oficial de justiça não localiza o devedor, somente pode proceder ao arresto com expressa autorização judicial.
- 125** O Código prevê o arresto como procedimento cautelar específico, a ser requerido pelo credor, e o arresto “pré-penhora”, incidente da execução.